



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais - CCA

Bacharelado em Ciências Contábeis

Bruno Henrique Paduan

ANÁLISE DESCRITIVA DOS RECURSOS SOBRE PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA ESTATAIS

Um teste de hipótese sobre os recursos recebidos por estatais que atuam no setor regulado.

Brasília-DF

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Bruno Henrique Paduan

ANÁLISE DESCRITIVA DOS RECURSOS SOBRE PEDIDOS DE ACESSO À
INFORMAÇÃO PARA ESTATAIS

Um teste de hipótese sobre os recursos sobre pedidos recebidos por estatais que atuam no
setor regulado.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
da Faculdade de Administração, Contabilidade e
Economia da Universidade de Brasília como
requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em
Ciências Contábeis e obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Dra. Ludmila de Melo Souza

BRASÍLIA-DF

2018

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar se as empresas estatais que atuam no setor regulado têm uma tendência maior de concessão de informação em relação às que atuam no setor não regulado. Foram selecionadas dezesseis empresas e separadas entre setor regulado e não regulado e com essa divisão ficaram no setor regulado: CBTU; EBSEH; ELETROBRÁS; HEMOBRÁS; e TELEBRÁS, e para o setor não regulado: AMAZUL; CEITEC/S.A; CONAB; CPRM; EBC; EMBRAPA; EPE; EPL; IMBEL; NUCLEP; e VALEC. Com essas empresas separadas foram pegos os dados referentes aos pedidos de acesso à informação e recursos do Portal de Acesso à Informação referentes a essas empresas. O teste foi feito com os recursos, mas os pedidos foram usados para realizar um paralelo entre os pedidos e os recursos. No teste de hipótese o P maior que 0,05, portanto a diferença não pode ser considerada significativa assim não existiu uma relação entre empresas do setor regulado e maior divulgação de informações. Mas durante a pesquisa foram encontrados alguns pontos que chamaram a atenção. A EBSEH teve mais recursos do que o número de pedidos que não foram deferidos no ano de 2017, foram 98 recursos para 30 pedidos que não foram deferidos. Já a CEITEC/S.A. foi uma empresa considerada nessa pesquisa como uma empresa com baixa concessão de informação, teve 42 acessos concedidos de 97 pedidos e 45,5% de deferimento dos 11 recursos no período. Foi observado também que a média de deferimento dos recursos é boa, porém varia muito de empresa para empresa, havendo empresa com nível de transparência alto e outras com nível baixo.

Palavras Chaves: Lei de Acesso à Informação, *accountability*, transparência pública, empresa pública.

Sumário

1.Introdução	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 Estatais	6
2.2 Evolução do Controle Social Sobre a Administração Pública	8
2.3 Accountability	9
2.4 Lei de Acesso à Informação (LAI) e Portal de Acesso à Informação	11
3.METODOLOGIA	13
4. ANÁLISE DE DADOS.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
6. REFERÊNCIAS	27

1.Introdução

Em 2011 foi feita a Lei 12.527 que entrou em vigor em 2012, a Lei de Acesso à Informação (LAI). A promulgação dela veio, com sua principal função, para confirmar um direito vindo da Constituição Federal (1988), o direito de acesso à informação, como diz no próprio título da lei.

Para chegar neste nível de direito de acesso à informação no Brasil foi um processo vindo desde os tempos pós-segunda guerra mundial. Com a ratificação pelo Brasil da Resolução 59/1946 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) se deu início ao processo que levou a criação da LAI. Esta resolução destaca o direito à liberdade de informação.

Mesmo com a ratificação desta resolução, não houve a criação de nenhum mecanismo para que o cidadão brasileiro pudesse exercer este direito, o de liberdade à informação. Outro momento em que foi reafirmado o direito à informação para o cidadão foi na Constituição Federal, mas novamente sem criar meios para que esse direito seja exercido.

Com a expansão da internet é que realmente o governo começou a implementar meios de divulgar informações à população. Uma norma criada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 1998 obrigou os órgãos da administração direta e indireta a divulgarem informações, essa foi uma das primeiras normas a exigirem esta divulgação.

A partir dos anos 2000 veio um período de informatização do governo, da administração pública. Com esta informatização foi sendo implementado o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Este cenário favoreceu a promulgação da LAI, a primeira norma a regular de fato o direito de acesso à informação ao cidadão.

Antes da LAI só havia mecanismo de divulgação ativa pela parte da administração pública, aquele em que a administração já é obrigada a divulgar determinadas informações. Mas com a criação do Portal de Acesso à Informação junto a Controladoria Geral da União (CGU), passou a existir um mecanismo de divulgação de informação passiva pela administração, aquele em que o cidadão pede uma informação e a administração pública, desde que não tenha nenhuma norma que proíba a divulgação de tal informação, deve divulgá-la.

O Portal de Acesso à Informação é um excelente meio para que o *accountability* seja exercido. *Accountability* é um termo sem tradução para o português, mas uma definição em Sasso et al. (2017) resume bem o seu funcionamento: o cidadão delega responsabilidade ao

governo enquanto esse tem que prestar contas e de acordo com o resultado disso o cidadão premia ou pune o governo. Com isso pode se dizer que com o *accountability* funcionando a democracia é fortalecida.

A partir disso esta pesquisa tem a finalidade de verificar o nível de acesso à informação entre empresas do governo testando a hipótese de que as empresas do setor regulado tenham uma tendência maior de conceder informações por se tratarem de empresas que entregam serviços mais diretos à população.

O interesse em pesquisar a transparência pública em estatais se deu pelo fato de que elas como empresas devem agir de forma semelhante ao setor privado, mas com dinheiro público envolvido. Devido a liberdade maior que as estatais têm em seus gastos em relação aos órgãos públicos é importante que elas sejam transparentes sobre seu funcionamento.

Com isso, o presente estudo foi dividido em cinco partes, a primeiro é a introdução. A segunda parte é o referencial teórico que aborda sobre: estatais; evolução do controle social sobre a administração pública, *accountability*; e a LAI. A terceira parte trata sobre a metodologia utilizada. A quarta seção é a que discute os resultados da pesquisa. E por fim a quinta parte trata sobre a conclusão do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estatais

As estatais, sejam empresa pública, ou sociedade de economia mista, empresa pública com capital aberto, tem que ter como objetivo fazer com que o Estado supra a necessidade de atuação em certas áreas da economia em que o setor privado não esteja conseguindo suprir, dando prioridade àquelas necessárias para a população, como serviços de transporte, distribuição de energia e água, enfim, necessidades básicas.

Existe uma pirâmide sugerida em Carrol (1991), que indica quais são as prioridades de uma empresa, além da valorização de capital aos seus acionistas, responsabilidades sociais corporativas. A responsabilidade econômica é a base da pirâmide indicando que a empresa tem que ser lucrativa. Logo acima da responsabilidade econômica estão as responsabilidades legais, indicando que as empresas têm que obedecer a lei. Acima das responsabilidades legais vêm as

responsabilidades éticas, as empresas têm que fazer o que correto e justo. E por fim, no topo da pirâmide vêm as responsabilidades filantrópicas que são para o benefício da comunidade. (BARBALHO E MEDEIROS, 2013)

Ainda apontado em Carrol (1991), os conceitos de responsabilidade social corporativa e *stakeholders* se encaixam naturalmente. No conceito de responsabilidade social corporativa não há uma definição concreta sobre por quem a empresa é responsável, já no conceito de *stakeholders* há uma definição mais clara sobre para quem os interesses são mais urgentes ao negócio e para quem é importante dar satisfação. No caso das estatais não há uma harmonia entre interesses privados e públicos, este é político e social enquanto aquele é econômico e comercial. (BARBALHO E MEDEIROS, 2013)

Devido à falta de harmonia entre os interesses públicos e privados nas estatais a pirâmide sugerida em Carrol (1991) não pode ser aplicada às estatais, pois nem sempre o interesse econômico está na base da pirâmide. As empresas estatais ao mesmo tempo que vão em busca de objetivos comerciais vão também em busca de objetivos políticos. Elas visam entregar bens e serviços, mas visam também a implementação de políticas públicas. (BARBALHO E MEDEIROS, 2013)

Por exemplo, é importante considerar a contribuição que as empresas da administração pública, na área em que atuam, podem trazer às pesquisas científicas, pois elas procuram autonomia tecnológica. Isso é um exemplo de política pública implementando as Ciências e Tecnologias, e as contribuições das estatais podem se estender a diversas outras áreas. (SARAIVA, 2005)

Porém, como dito anteriormente, há uma dificuldade para conciliar os interesses públicos e as metas econômicas nas empresas do governo. Em um destaque de Fontes-Filho e Picolin (2008) estão as recomendações da Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), para que o Estado além de ter que estabelecer os objetivos gerais das suas empresas também tenha que apontar como eles serão alcançados e esclareça como os conflitos de interesses serão resolvidos. (BARBALHO E MEDEIROS, 2013)

De acordo com os pilares institucionais, esses objetivos duplos das empresas públicas são legítimos. De acordo com o pilar regulatório elas atuam dentro da legalidade, com seus atos administrativos pautados dentro da lei. E como Câmara (2012) evidencia, a busca pelo lucro nas estatais não destoa dos interesses públicos, é compatível. Porém este não pode ser o objetivo

único de uma estatal, principalmente no caso das que atuam prestando serviço à população. (BARBALHO E MEDEIROS, 2013)

As estatais, por mais que algumas tenham total independência financeira, sem precisar de aporte por parte do governo, como elas tem estes conflitos de interesses e podem se tratar de instrumentos políticos, elas devem despertar o interesse dos cidadãos em acompanhar as ações delas com a finalidade de fiscalizar se elas estão cumprindo sua função. Por este motivo, este trabalho, a seguir, irá apresentar os instrumentos que o cidadão tem para exercer este direito. (SARAIVA, 2005)

2.2 Evolução do Controle Social Sobre a Administração Pública

Tradicionalmente, o controle sobre as ações dos governantes se dava basicamente através do controle de constitucionalidade dos atos, garantia dos direitos à cidadania, controle dos políticos através de ações e fiscalização dos promotores públicos, este eram os controles de procedimentos, como hoje também, havia o controle através do poder legislativo e em menor grau o controle social. O que levou a criação desses controles foi o grande crescimento do estado ocorrido após a II Guerra Mundial, assim tornando o controle social sobre as ações do governo mais difícil pois elas aumentaram significativamente. (VALLE, 2002).

Após a Reforma Gerencial, segundo Corbari (2004), foram disseminadas novas formas de fiscalização sobre o setor público, foi pregada a utilização do controle dos resultados, controle pela competição administrada e o controle social de políticas públicas. Com este, pode-se dizer que a democracia tem um caráter mais participativo. Porém, no Brasil, o cidadão, elemento importante na fiscalização e julgamento dos atos da administração pública, esteve ausente.

Com uma democracia mais participativa através do controle social você passa a legitimar quem está no poder, pois assim a responsabilidade vira mútua entre o eleito e o eleitor. (CORBARI, 2004).

Após o fim do Regime Militar, segundo Mawad (2002), houve um movimento muito forte da sociedade clamando pela democracia e o exercício da cidadania, com o cidadão tendo participação na política nacional. Com isso foram criados elementos que reforçam a representatividade entre o Estado e a população, como: a volta dos sindicatos, o Legislativo

voltar a funcionar em pleno poderes e a multiplicidade dos partidos políticos no novo cenário. (CORBARI, 2004).

A nova Assembleia Nacional Constituinte de 1988 veio para concretizar este movimento em direção ao fortalecimento da democracia. Com ela as eleições diretas voltaram, o poder Executivo deixou de ser o grande mandatário da república e a tri partição dos poderes voltou a ser equilibrada. Foram grandes avanços para o controle social sobre o poder público, mas não foi algo tão efetivo já na sua implementação devido à falta de instrução ao cidadão, ainda era necessário educar o cidadão para que ele pudesse exercer esse direito, além de o livrar das amarras do medo de um novo regime autoritário e pela supressão da pobreza política existente no país. (CORBARI, 2004).

Além disso, um movimento global, na década de 90, de diminuição do intervencionismo estatal, forçou o Brasil a mudar a estrutura do estado novamente, com as mudanças no cenário econômico mundial o Estado brasileiro necessitava ser mais forte e barato, para assim se manter competitivo. (CORBARI, 2004).

Apesar de o Estado brasileiro tentar tirar o seu intervencionismo na economia, entrou o modelo burocrático, o que continuou encarecendo a máquina pública, além de engessar o país tornando-o ineficiente. Isso manteve o crescimento do déficit público. (CORBARI, 2004)

Segundo Silva (2002), isso demandou uma nova mudança na estrutura do país, na procura do fortalecimento da democracia, demandando uma gestão que prese mais pela transparência junto com o cidadão participando do processo político. Isto aproxima mais a população do governo. (CORBARI, 2004)

2.3 Accountability

Um meio de tornar a administração pública mais transparente e fiscalizável, é através das seguintes ocorrências interdependentes e democráticas: organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo; descentralização e transparência do aparato público; e substituição de valores tradicionais por valores emergentes. (CAMPOS, 1990)

Para Sasso et al. (2017) uma forma de descrever *accountability* seria o cidadão delegar responsabilidades ao Estado, que por sua vez, deve prestar contas à população, e com isso ela dar o *feedback* premiando ou castigando o governo. Assim, como num regime democrático o

poder emana do povo e os agentes público ficam encarregados de conduzir a administração pública, a cai para o setor público.

Com isso, pode-se dividir duas básicas responsabilidades à sociedade: ao cidadão de manter a constante vigilância sobre os atos dos agentes públicos, enquanto esses, principalmente os eleitos, direta ou indiretamente, devem prestar conta dos atos da administração pública aos cidadãos. Isto levou à um problema comum à democracia moderna, o desenvolvimento de instrumentos e formas de *accountability* para que tanto os agentes públicos quanto os cidadãos possam cumprir seu papel neste sistema. (DA SILVA ET. AL, 2016)

Então Roberts (2004) conclui que assim como a *accountability* é essencial para manter e fortalecer a democracia, em favor do cidadão, o esforço do próprio cidadão é importante também para manter que o *accountability* funcione. Pois na democracia o cidadão é dotado de direitos, como o do voto para eleger seus representantes na política, ou seja, na administração pública, assim como interferir na decisão de seus governantes, porém, pelo o *accountability* o cidadão tem a obrigação de participar das atividades de contabilidade, gestão e governança. A participação da população é o compartilhamento do poder com os agentes públicos. (DA SILVA ET. AL, 2016)

Como a palavra *accountability* está diretamente ligada a transparência pública, através da informação dada pela administração pública, junto de um *feedback* da população, porém este termo não tem uma palavra exata que o traduza-o para o português. Este termo pelo que foi visto até aqui pode se resumir no controle dos cidadãos sobre os gestores públicos através do acesso às informações com a finalidade dos governantes tornarem públicas as práticas e os resultados de suas ações, e assim elas terem mais facilidade para serem fiscalizadas.

Por fim, em Sasso et al. (2017), é frisada a necessidade de prestação de contas do governo pela *accountability* democrática, e para isso são necessários mecanismos que orientem o governo na produção de informação e para que a sociedade conheça o seu direito a obter essas informações e as entenda. No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (LAI) é um desses mecanismos.

2.4 Lei de Acesso à Informação (LAI) e Portal de Acesso à Informação

A LAI, lei 12.527/2011 foi feita no intuito de fortalecer e esclarecer um direito do cidadão que já era garantido através da Constituição Federal (CF/88), mais especificamente, no artigo 5º, dando direito ao cidadão de receber informação, tanto por interesse pessoal quanto coletivo com a condição de que esta informação não afete a segurança pública. E como já dito anteriormente este é um movimento que já vinha crescendo antes mesmo da CF/88.

Em um histórico, Bernardes, Santos e Rover (2015) demonstram bem a evolução da concessão de acesso à informação a população. Através de um quadro, mostrado a seguir, é descrito em ordem cronológica os principais instrumentos levaram ao nível de concessão ao acesso à informação que temos no Brasil hoje:

Figura 1 – Evolução das normas de transparência pública

Documentos internacionais	Resolução nº 59/46 Declaração Universal dos Direitos Humanos - 1948 Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos - 1966
Constituição Federal	Art. 5º, XIV Art. 5º, XXXIII Art. 37, caput - Art. 37, §3º, II Art. 216, §2
Legislação Federal	Lei nº 12.527/11
Outras normas	Decreto nº 7.224/12

Fonte: Bernardes, Santos e Rover (2015)

Com base neste quadro, para melhor discorrer sobre a evolução da regulamentação ao acesso à informação em Santos, Bernardes e Rover (2015), foi feita uma separação em quatro dimensões, relacionadas com os quatro tópicos mostrados na figura. O ponto principal do início foi a ratificação do Brasil sobre a resolução 59/1946 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste documento era destacado a liberdade de informação. E este fato estava dentro da primeira dimensão. Entre os anos 1930 e 1940 o que norteou a regulamentação foi o cenário brasileiro com a expansão do capitalismo. Já entre as décadas de 1950 e 1960 basicamente foi tratado sobre a troca de informação entre os órgãos governamentais. E então

entre 1970 e 1980 foi destacada a existência de dispositivos legais de transparência, mas, com o porém de não haver mecanismos que efetivassem de fato o acesso à informação. Ressaltando ainda a criação do Sistema de Disponibilização de Informação Jurídica do Congresso Nacional (SISCON).

Na segunda dimensão, entre os anos de 1981 e 1988 Bernardes, Santos e Rover (2015) consideraram que este curto período pode ser comparado há um período de “luzes” pela expectativa de redemocratização do país com maior transparência na administração pública e eficiência ao combate a corrupção através da CF/88.

Já na terceira dimensão, entre 1989 e 1999 houveram algumas regulamentações com um destaque para a lei que criou o portal do Tribunal de Contas da União - TCU (Lei 9.755/98). O destaque foi por ser uma das primeiras normas a obrigar entes da administração direta e indireta a publicarem sua prestação de contas inclusive pela internet. (BERNARDES, SANTOS E ROVER, 2015).

Enfim, entre os anos de 2000 a 2012, a quarta dimensão. Ela foi dividida em dois períodos, no primeiro, de 2000 a 2004, a preocupação pela informatização da administração, e no segundo, de 2004 a 2012, a preocupação de ter o cidadão como coprodutor de políticas públicas. Nessa dimensão o que se destaca é a forte incorporação das TICs e a promulgação da LAI. (BERNARDES, SANTOS E ROVER, 2015).

Como é possível notar, o grande diferencial que faz a LAI realmente funcionar como instrumento de *accountability* é a obrigatoriedade da implementação das TICs na administração pública. Pode-se dizer que isto é um efeito natural de acordo com que as tecnologias vão evoluindo, assim a facilidade com que a informação chega ao cidadão estimula a população a ir atrás da informação, e isso obriga os governantes a disponibilizá-la.

Segundo Jardim (2013), o que fundamenta a LAI é a valorização da transparência do governo em detrimento da falta de publicidade, tornando o sigilo como exceção. Portanto para a Lei de Acesso à Informação estar em pleno uso pela sociedade tem um requisito indispensável: a gestão da informação governamental.

Mas a lei nº 12.527/11 por si só não era suficiente para que o acesso à informação já estivesse pleno. Foi necessário o Decreto 7.724/12 para regulamentar as diretrizes da LAI e definir os parâmetros sobre transparência ativa e passiva. Para este, o decreto determinou a criação e implementação em todos os órgãos o Serviço de Informação aos Clientes (SIC). Parte

importante deste decreto, para este trabalho, foi na qual ele definiu que as empresas públicas são submetidas as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a finalidade de "assegurar a competitividade, governança corporativa e, quando houver, interesse de acionistas minoritários". (SOUSA, 2018).

Separando em duas formas distintas o direito de acesso à informação Sasso et al. (2017) coloca como forma ativa a informação que tem a obrigação a estar disponível, e passiva a forma em que a informação pode ser buscada através de pedidos específicos.

A forma passiva de acesso à informação tem como instrumento mais importante o site criado, através do Decreto 7.724 e controlado em parceria pelo Ministério da Transparência e da Controladoria Geral da União (CGU), o Portal de Acesso à Informação. É através deste portal que o cidadão pode solicitar informação de todas as entidades registradas lá. Estas informações são classificadas em diferentes categorias podendo ser de diversos assuntos. (SASSO ET. AL, 2017)

As estatais, por se tratarem de instituições públicas que atuam na economia, elas tem um regulamento diferenciado dos órgãos públicos para concessão de acesso de informações à população. Ao mesmo tempo que elas têm que exercer a transparência pública de seus atos elas têm que proteger a sua atividade e seus interesses para atuarem no mercado em igualdade com as empresas privadas. Além disso, por se tratarem de instituições públicas podem ter informações que devem ser guardadas em segredo pelo menos por determinado tempo. Devido a este motivo há o interesse em saber o quanto de acesso à informação essas empresas concedem nos pedidos e nos recursos de pedidos direcionados a elas.

3.METODOLOGIA

Neste trabalho, o objetivo é comparar o nível de transparência das estatais que atuam em setor regulado e não regulado. Mais precisamente, de acordo com o nível de transparência das estatais, o que vai ser medido é se as empresas do setor regulado têm maior tendência a concederem informação, e isso vai ser feito através do resultado dos recursos sobre os pedidos de acesso à informação a essas estatais junto ao portal da CGU de acesso a informação (<http://www.acessoainformacao.gov.br>).

No portal é possível baixar as planilhas, separadas por ano, que contém informações sobre os pedidos, como: para qual órgão, o próprio pedido, classificação sobre qual categoria se trata o pedido, a resposta do órgão e se o acesso foi concedido. Há diferentes repostas concessões de acesso a informação solicitada, os 6 principais para as tabelas de recursos são:

- Deferido, é quando a empresa deve conceder toda a informação solicitada;
- Parcialmente deferido, é quando a empresa não pode conceder toda a informação solicitada;
- Indeferido, é quando a empresa tem a informação, mas não pode concedê-la;
- Perda de objeto, é quando o recurso não corresponde mais ao que foi solicitado no pedido;
- Não conhecimento;
- O assunto não corresponde ao órgão.

O nível de transparência das estatais será medido por quanto de acesso elas dão através dessas respostas de concessão, será considerado o acesso completo em detrimento das outras respostas. O que não é objeto desta pesquisa, mas que também é possível medir através dessas respostas é se os usuários estão aprendendo a usar melhor o portal.

Para poder comparar o nível de transparência foram selecionadas empresas públicas e sociedades de economia mista com os seguintes critérios: empresas não reguladas pelo BACEN, por terem uma política mais restritiva a divulgação de informação; empresas com muita demanda por informação podiam causar um efeito escala e por isso não entraram; empresas que não atuassem em apenas um lugar exclusivo, trazendo benefício direto apenas para aquele local; e em caso de grupo de empresas foi selecionada apenas a matriz excluindo-se as subsidiárias.

Com isso as empresas selecionadas como de setor não regulado foram:

- AMAZUL – Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.;
- CEITEC /SA – Centro Nacional de Tecnologia Avançada S.A.;
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento;
- CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais;
- EBC – Empresa Brasil de Comunicação S.A.;
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- EPE – Empresa de Pesquisa Energética;

- EPL – Empresa de Pesquisa e Logística S.A.;
- IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil ;
- NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.;
- VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

As estatais de atuação em setor regulado foram (de áreas mais essenciais à população):

- CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos;
- EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
- ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.;
- HEMOBRÁS – Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologias;
- TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileiras S.A.

A intenção inicial era usar os dados dos anos de 2015, 2016 e 2017, o ano de 2018 não foi selecionado pelo fato de o ano não estar fechado. Estes anos foram selecionados de acordo com o as planilhas que estavam disponíveis no portal da transparência, que mesmo que a LAI tenha entrado em vigor em 2012, no site só tem planilha disponível a partir de 2015, que constantemente é retirada do site e colocado novamente.

Por haver um problema de nomenclatura, na planilha de 2015 era diferente de 2016 e 2017, o ano de 2015 foi retirado da pesquisa, pois o nome dado aos acessos é diferente, o que atrapalharia na hora de juntar os dados, pois haveriam 3 repostas diferentes. No lugar de deferido em 2015 estava acesso concedido, de indeferido estava acesso negado e de parcialmente deferido estava acesso parcialmente concedido.

As empresas foram separadas nas planilhas através do uso de filtro avançado, isolando as informações por empresa, copiando elas e colando separadas da planilha completa. As informações deixadas na planilha foram apenas as que poderiam ser utilizadas na pesquisa. Após a separação das empresas da planilha matriz as estatais foram separadas em uma planilha de não reguladas para cada ano e outra com os dois anos juntos e de reguladas da mesma forma. Com isso foi possível fazer diferentes tabelas dinâmicas e isolar a informação sobre o deferimento dos recursos ou não, e assim provar se há uma associação entre o setor regulado e uma maior divulgação de informações. Com isso teremos esses dados como base para fazer o teste:

Tabela 1 – Recursos das empresas do setor regulado e não regulado

Estatual	Não regulado	Regulado	Total
AMAZUL	5	0	5
CBTU	0	31	31
CEITEC/S.A.	11	0	11
CONAB	23	0	23
CPRM	28	0	28
EBC	11	0	11
EBSERH	0	141	141
ELETROBRÁS	0	78	78
EMBRAPA	58	0	58
EPE	27	0	27
EPL	10	0	10
HEMOBRÁS	0	15	15
IMBEL	19	0	19
NUCLEP	8	0	8
TELEBRÁS	0	8	8
VALEC	53	0	53
Total	253	273	526

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

Os dados dos pedidos referente aos mesmo anos também serão utilizados para entender o contexto dos recursos. Com eles será feito um paralelo com os recursos para se ter uma noção da proporção de pedidos eu geram recursos, além de ser possível identificar se há alguma discrepância no volume de recursos de um ano para o outro.

Por fim, para o objetivo desta pesquisa, que será descritiva, será feito um teste de hipótese com análise documental e com abordagem quantitativa. Através do teste de hipótese será achado o valor de P para provar se há uma associação entre empresa do setor regulado e o fato de ter maior tendência de conceder acesso a informação. Achando um P menor que 0,05 a hipótese levantada será verdadeira, caso contrário, não será encontrada a associação esperada.

4. ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção será feita uma análise estatística sobre o deferimento de acesso aos recursos sobre os pedidos referente aos anos selecionados, 2016 e 2017. Para isso, inicialmente serão apresentadas duas tabelas, uma para empresas de setor regulado e a outra para o setor não regulado. Nestas tabelas estarão a cada empresa com a quantidade de pedidos, recursos, e o percentual de recursos que tiveram em relação aos pedidos.

Tabela 2 – Número total de pedidos e recursos de empresas do setor não regulado

Empresas de Setor Não Regulado	Número de pedidos	Número de recursos	Percentual
AMAZUL	97	5	5,2%
CEITEC/S.A.	97	11	11,3%
CONAB	291	23	7,9%
CPRM	258	28	10,9%
EBC	159	11	6,9%
EMBRAPA	736	58	7,9%
EPE	311	27	8,7%
EPL	104	10	9,6%
IMBEL	125	19	15,2%
NUCLEP	98	8	8,2%
VALEC	362	53	14,6%
Total Geral	2638	253	9,6%

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

Tabela 3 - Número de pedidos e recursos de empresas do setor regulado nos anos de 2016 e 2017

Empresas de Setor Regulado	Número de pedidos	Número de recursos	Percentual de recursos
CBTU	317	31	9,8%
EBSERH	515	141	27,4%
ELETROBRÁS	546	78	14,3%
HEMOBRÁS	261	15	5,7%
TELEBRÁS	107	8	7,5%
Total Geral	1746	273	15,6%

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

O primeiro fato a se observar nestas tabelas é que o número de pedidos de acesso do setor não regulado superam o de setor regulado, o que já era esperado já que o setor não regulado tem mais que o dobro de empresas selecionadas. Porém, proporcionalmente, no setor regulado

há mais pedidos. Isso pode ser pelo fato de essas empresas selecionadas do setor regulado estarem mais presentes na rotina do cidadão do que as empresas do setor não regulado, elas interferem mais diretamente na vida do cidadão, portanto, provavelmente há mais conhecimento sobre elas. Ao contrário, algumas empresas do setor não regulado não são divulgadas e não entregam nenhum produto à população, portanto, não são conhecidas, empresas como: AMAZUL, EPL, EPE, CPRM, CEITEC/S.A. Devido aos motivos ditos anteriormente, os pedidos direcionados a essas empresas devem ser bem específicos, de usuários que conhecem elas, provavelmente por isso o baixo percentual pedidos e de recursos.

Um detalhe que chama a atenção nesta tabela é que mesmo com um número consideravelmente menor de pedidos, o setor regulado supera o setor considerado não regulado em número de recursos. Mas, a EBSEH foi um ponto muito fora da curva, por já ter uma grande quantidade de pedidos isso pesou também no percentual dos recursos das reguladas. Um detalhe chama mais atenção é o fato de que mesmo com 438 pedidos concedidos de 515 pedidos para a EBSEH, ou seja, apenas 77 pedidos negados ou concedidos parcialmente, houveram 141 recursos, ou seja, houveram mais recursos do que pedidos que não tiveram acesso concedido.

A ELETROBRÁS que é uma empresa de um setor mais sensível para a população, o de energia, é uma empresa com bastante demanda por informação, e ao mesmo tempo uma proporção de recursos mais alta que a média.

Já a HEMOBRÁS, uma empresa que mesmo muito presente na rotina dos brasileiros não é conhecida, foi uma empresa com baixa proporção de recursos. Provavelmente porque os usuários do Portal de Acesso à Informação que realizaram pedidos de acesso à informação desta empresa já a conheciam fizeram pedidos mais específicos, sobre algo que já tinham conhecimento.

Do outro lado, o ponto mais fora da curva foi a IMBEL. Apesar de ela ter sido classificada como uma empresa do setor não regulado, sua área de atuação envolve segurança pública, portanto podem haver restrições sobre concessão de informações desta empresa. A IMBEL e a VALEC, por terem um percentual de recursos mais elevados em relação as outras analisadas, podem ser estudadas em separado.

A seguir será mostrado o percentual por ano, para assim verificar se houve alguma anomalia por este critério.

Tabela 4 – Proporção de recursos entre 2016 e 2017

Ano	Frequência	Percentual	Acumulado
2016	227	43,16	43,2
2017	299	56,84	100
Total	526	100	

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

Na tabela 4 está a quantidade de recursos por ano, de setor regulado e não regulado somados juntos. Nela é possível notar um aumento no número de recursos, mas nada que chame a atenção, apenas que a maior parte dos recursos foram no ano de 2017. A seguir serão mostradas as tabelas divididas por ano junto com a porcentagem em relação aos pedidos.

Tabela 5 – Proporção de pedidos e recursos dos setores separados em 2016

2016	Pedidos	Recursos	Percentual
Regulado	986	97	9,8%
Não Regulado	1330	130	9,8%
Total	2316	227	9,8%

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

Tabela 6 – Proporção de pedidos e recursos dos setores separados em 2017

2017	Pedidos	Recursos	Percentual
Regulado	760	176	23,2%
Não Regulado	1308	123	9,4%
Total	2068	299	14,5%

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

Como é possível notar, no ano de 2016 não houve diferença proporcional na relação entre pedidos e recursos entre os setores regulados e não regulados, ambos com a proporção de 9,8% de recursos sobre os pedidos.

No ano de 2017, o setor não regulado se manteve mais linear, diminuindo apenas 0,4% a proporção de recursos em relação aos pedidos. Já para o setor regulado houve um aumento muito significativo de 2016 para 2017 na proporção de recursos, a porcentagem subiu para 23,2% com um aumento de 81,44% na quantidade de recursos. Esse grande aumento de recursos para o setor regulado fez até este setor ultrapassar o setor não regulado em número de

recursos mesmo com um número menor de pedidos. Foram 176 recursos contra 123 do setor não regulado.

O responsável por esse fenômeno foi a empresa EBSEH, ela sozinha foi responsável por 98 dos 176 do setor regulado, mais de 50% dos recursos do setor regulado.

Tabela 7 – Concessão de acesso à pedidos da EBSEH em 2017

Concessão de acesso à pedidos da EBSEH 2017	Quantidade
Acesso Concedido	184
Acesso Negado	3
Acesso Parcialmente Concedido	1
Não se trata de solicitação de informação	5
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	7
Pergunta Duplicada/Repetida	10
(vazio)	4
Total	214

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

A partir da tabela 7 é possível observar que apenas 30 pedidos não tiveram o acesso concedido em 2017, mas ainda assim houveram 98 recursos. Isso mostra que provavelmente houve recurso sobre pedido com acesso concedido. Este caso da EBSEH seria um caso interessante para fazer uma pesquisa qualitativa sobre estes pedidos e assim identificar o que causou este fenômeno.

Após a análise destes dados é possível chegar ao objetivo desta pesquisa, analisar a aprovação dos recursos dos pedidos das empresas do setor regulado e não regulado. Anteriormente foi visto que no ano de 2016, a proporção de recursos para os dois setores foi idêntica. Já no ano de 2017 o setor regulado teve um grande aumento, puxado pela EBSEH, na proporção de recursos. Resta analisar se há uma diferença na aprovação dos recursos.

Tabela 8 – Porcentagem do deferimento dos recursos

Acesso	Freq.	Percent	Cum.
Deferido	391	74,33	74,3
Indeferido	91	17,3	91,6
Não conhecimento	14	2,66	94,3
Parcialmente deferido	22	4,18	98,5
Perda de objeto	8	1,52	100
Total	526	100	

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

Tabela 9 – Porcentagem do deferimento dos recursos

Acesso	Freq.	Percent	Cum.
Outros	113	21,48	21,5
Deferido (Total ou Parcialmente)	413	78,52	100
Total	526	100	

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

A partir das tabelas 8 e 9 é possível observar que boa parte dos recursos são deferidos, juntando total e parcialmente dá 413, o que dá 78,52% do total de recursos. Ou seja, isso mostra que há uma aceitação boa dos recursos e que tem poucos deferimentos parciais.

Com as tabelas a seguir será observado, por setor, o nível de acesso concedido nos recursos.

Tabela 10 – Porcentagem do deferimento dos recursos no setor regulado

Empresa Regulada	Nº de recursos	Deferidos	Porcentagem
CBTU	31	29	93,5%
EBSERH	141	135	95,7%
ELETRORÁS	78	33	42,3%
HEMOBRÁS	15	7	46,7%
TELEBRÁS	8	6	75,0%
Total Geral	273	210	76,9%

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

Como é possível notar a partir desta tabela o percentual de deferimento, por ser maior que a média de recursos deferidos, é maior do que a do setor não regulado, com destaque para a EBSERH e a CBTU, ambos com mais de 90%. A EBSERH mesmo tendo uma proporção de recursos muito grande tem uma proporção muito grande de deferimento ao pedido de acesso.

Já a HEMOBRÁS e a ELETROBRÁS foram bem restritas em conceder acesso nos recursos, ficaram com menos de 50% de deferimento dos recursos. A HEMOBRÁS teve uma quantidade baixa de recursos, com 67 pedidos concedidos parcialmente ou não concedidos, houveram 25 recursos, enquanto a ELETROBRÁS 78 recursos sobre 199 pedidos.

Ambas as empresas tiveram um percentual baixo de recursos sobre os pedidos concedidos parcialmente ou não concedidos, talvez isso possa ter influência no percentual baixo de deferimento nos recursos. Já a EBSERH que teve mais recurso do que indeferimento de pedido teve grande proporção de deferimento nos recursos, outro fator que pode ter influenciado no resultado, houveram muitos recursos sobre pedidos já deferidos. Todos esses casos podem ser interessantes de se fazer um estudo mais aprofundado.

A seguir será vista a proporção dos resultados do setor não regulado, que como esperado teve uma porcentagem menor de deferimento, mas foi uma diferença muito pequena.

Tabela 11 – proporção de recursos deferidos no setor não regulado

Empresas Não Reguladas	Nº de Recursos	Deferidos	Porcentagem
AMAZUL	5	1	20,0%
CEITEC/S.A.	11	5	45,5%
CONAB	23	23	100,0%
CPRM	28	19	67,9%
EBC	11	4	36,4%
EMBRAPA	58	50	86,2%
EPE	27	13	48,1%
EPL	10	10	100,0%
IMBEL	19	8	42,1%
NUCLEP	8	6	75,0%
VALEC	53	42	79,2%
Total Geral	253	181	71,5%

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

O setor não regulado aparentemente é um setor com maior variação no deferimento dos recursos, na amostragem ele tem 11 empresas e apenas 3 ficaram com a proporção de deferimento mais perto da média dessa empresas.

Como destaque como empresas que mais concederam o acesso no recurso, estão a CONAB e a EPL com 100%. A CONAB que só teve 43 pedidos negados de 291, nos recursos teve 23 deferimentos de 23 recursos, caso esses recursos tenha sido apenas sobre pedidos que

não foram deferidos sobraram apenas 20 sem serem deferidos levando em conta pedido e recursos. A EPL igualmente teve poucos pedidos não deferidos, 23 de 104, sendo assim na mesma situação anterior ficariam apenas 13 pedidos sem serem totalmente concedidos, pouco mais de 10%.

Já pelo lado que se destacou por não conceder acesso, a principal empresa foi a AMAZUL com 1 deferimento de 5 recursos, ou seja, 20%. O resultado pode ter sido influenciado pela pequena quantidade de recursos em relação aos pedidos que não foram deferidos, foram 24 pedidos não aceitos de 97.

Outras empresas com uma baixa porcentagem de deferimento dos recursos foram: CEITEC, EBC, EPE e IMBEL.

A CEITEC, aparentemente foi uma empresa bem restrita quanto a concessão de acesso a informação. Nos pedidos foram 42 deferimentos de 97 pedidos, porém, dos pedidos que não foram deferidos 29 foram considerados como assuntos em que o órgão não tinha competência para responder. Esta era uma outra situação a ser estudada qualitativamente.

Já a EBC, apesar do pouco deferimento nos recursos teve uma boa concessão nos pedidos, 116 foram deferidos de 154, mais de 70%. A EPE teve uma situação semelhante, tanto nos pedidos quanto nos recursos.

A IMBEL, como esperado, foi mais restrita tanto nos pedidos quanto nos recursos. Nos pedidos, que foram 125, 77 foram deferidos, ficando 48 pedidos negados ou parcialmente concedidos. Esta é uma empresa em que é compreensível a restrição de informação por se tratar de uma empresa de uma área bem restrita e diretamente relacionado com a segurança pública. Por outro lado, é esperado que um público específico busque informação sobre esta empresa já que ela não é uma empresa divulgada e é mais restrita, portanto não deve ser conhecida pelo público em geral.

Por fim será analisado o resultado procurado pela pesquisa, se há alguma relação entre o deferimento das empresas do setor regulado e o não regulado, esperando que o do setor regulado seja significativamente maior por se tratar de empresas mais essenciais para o cidadão. A seguir será mostrada a tabela com o teste referente a isso:

Tabela 12 – resultado do teste de hipótese

Deferido	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf.	Interval]
Regulado	-0,11	0,21	-0,50	0,62	-0,52	0,31
_cons	1,35	0,16	8,69	0,00	1,05	1,66

Fonte: dados da pesquisa (em Brasil, 2018)

A partir desses resultados chega-se à conclusão que de que não há relação entre o setor regulado e o fato de o recurso ter maior tendência de ser deferido.

Proporcionalmente, considerando os recursos, o setor regulado concedeu mais informação, como esperado, porém como o teste estatístico mostrou essa diferença como insignificante, isso se dá pelo fato de o P ser maior que 0,05 e por tanto, insignificante.

Quanto ao nível de transparência, ao observar o período analisado em Sasso et. al (2017) foi visto que o percentual de concessão de acesso completo em todos os pedidos varia próximo aos 70%, conforme foi visto nesta pesquisa também. Portanto, em relação à média de acesso concedido pelas empresas analisadas, pode-se considerar que há um bom nível de transparência.

Outro ponto que é possível observar nesta pesquisa é que o percentual de deferimento varia muito de uma empresa para outra, isso ocorre tanto dentro do setor regulado quanto no setor não regulado. No setor regulado pode ser pelo fato de atuarem em setores diferentes, ou seja, com diferentes agências reguladoras. Como cada agência reguladora tem normas diferentes, isso pode interferir na exigência sobre o que uma empresa deve ou não divulgar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *accountability* é um meio importante de a população fiscalizar o governo. Como a informação é o elemento mais importante para o *accountability*, a implementação da LAI foi um importante passo para fortalecer isso e assim estimular o cidadão a ser mais participativo e assim poder exercer o *accountability*. (DA SILVA ET. AL, 2016)

Ao entrar em vigor, a LAI trouxe com ela mecanismos para que qualquer pessoa, jurídica ou física, possa ter acesso às informações dos órgãos ou entidades sem a necessidade de apresentar um motivo.

Porém esta informação, para ter alguma utilidade para o usuário, ela primeiro precisa chegar até o usuário. Esse foi um dos motivos pela escolha de analisar a correlação entre setor regulado e os recursos, até a última opção em que o usuário poderia obter a informação através do Portal de Acesso à Informação. Seria uma forma de atestar que a informação de fato está chegando aos usuários.

Outro fator importante para a informação ser útil é de que ela possa ser compreendida pelo usuário. Com esta variável fica uma sugestão de estudo sobre a análise do perfil de quem solicita informação no portal da CGU, pois com a identificação do perfil dos solicitantes é possível melhorar a forma como a informação é passada a fim de que ela seja compreendida por quem a recebeu. Outro estudo que poderia ser feito é a análise das informações disponibilizadas pelos órgãos aos solicitantes, mas essa pesquisa teria complicações pois o portal disponibiliza apenas a resposta do órgão, porém a informação enviada, em anexo ou por outro meio, não é disponibilizada no site também.

Mais uma possibilidade analisando os recursos é a de mensurar se o usuário está aprendendo a utilizar o portal de transparência da CGU. Ao mesmo tempo que estiver sendo gerado muito recursos ser um sinal de que quem solicita informação não estar sabendo usar o portal, o deferimento do recurso é um sinal de que quem recorre está sabendo utilizar o portal.

Enfim, há várias pesquisas possíveis a serem realizadas com o Portal de Acesso à Informação. Desta forma, as pesquisas quantitativas podem identificar anomalias em relação as solicitações, e as qualitativas identificar o motivo dessas anomalias.

Nesta pesquisa não foi provado o ponto que era esperado, não houve associação entre a empresa ser do setor regulado e ter um nível de deferimento dos recursos maior do que o setor não regulado. Um dos motivos pode ter sido pela pequena amostragem. Por uma limitação causada pelo próprio Portal de Acesso à Informação, não foi possível ter uma amostragem maior. Além de ter informações disponíveis a partir de 2015, não havia uma padronização nas informações das planilhas. Houve um problema de nomenclatura entre as planilhas e devido a isso o ano de 2015 foi retirado da pesquisa, isto seria um fato que poderia mudar o resultado da pesquisa.

Para chegar até a análise sobre o deferimento dos recursos foram vistos alguns pontos. E inicialmente, ao analisar a proporção de recursos em relação aos pedidos foi visto que EBSEH foi um ponto muito fora da curva. Posteriormente foi visto ainda que esta empresa teve uma quantidade de recursos maior do que o número de pedidos que não foram deferidos.

Mesmo sendo uma empresa que teve um bom nível de concessão de informação, este seria um caso interessante a ser estudado, descobrir porque teve tanto recurso mesmo com pedidos deferidos. Para isto seria necessária uma pesquisa mais detalhada, lendo as solicitações, tanto nos pedidos quanto nos recursos.

Outros pontos foram encontrados durante a pesquisa. A IMBEL, Indústria de Material Bélico do Brasil, se mostrou uma empresa com restrições em conceder informações. Sobre ela seria um estudo de caso interessante. Fica uma sugestão de estudo, analisar as solicitações, tanto nos pedidos quanto nos recursos e as respostas, assim ver esse baixo nível de transparência, relacionar as normas exigidas da empresa, pela área de atuação, com o teor dos pedidos e assim chegar a conclusão sobre se a empresa está restringindo informação e não contribuindo para a transparência pública ou se os pedidos de fato não se adequam às normas da empresa.

A CEITEC S/A também foi uma empresa com restrição a concessão de informação, com o porém de que na maior parte dos pedidos a negativa ao acesso foi justificada como o órgão não tendo competência para dar tal informação foi prevalente. Nesse ponto cabe identificar se foi um erro geral dos solicitantes. Com este ponto se levanta a questão sobre se o usuário está sabendo usar esta ferramenta, o portal de transparência da CGU.

A LAI ainda está em processo de fluidez. Ela pode ter sido implementada em 2012, mas ainda é necessário um trabalho maior de divulgação de seu funcionamento e suas funções, para que assim ela exerça seu papel de fato, que é o de proporcionar o *accountability* à população.

O Portal de Acesso à Informação *idem*. Nota-se que ele não é conhecido pela população, é algo pouco divulgado ainda. É possível notar também que é uma ferramenta em desenvolvimento. A partir de diversos acessos ao site foi possível notar que frequentemente retiram do banco de dados as informações sobre os pedidos e recursos, e colocam novamente. Pela falta de padronização nos dados tentei observar se essa retirada temporária dos dados no site era um trabalho em função disso, mas não foi notada nenhuma diferença neste sentido. A falta de padronização no Portal de Acesso à Informação pode ser um obstáculo para o desenvolvimento de pesquisas nesta área.

Assim ficam algumas observações sobre o portal de transparência da CGU. Houve uma divergência entre a nomenclatura referente a concessão de acesso entre o ano de 2015 e os anos subsequentes. Outra divergência foi a classificação do assunto presente nos pedidos e a identificação do requerente, estes elementos estavam presentes no ano de 2015 e nos

subsequentes não estavam. Estes são elementos importantes para o desenvolvimento de pesquisas na área.

O estudo nessas áreas é importante como forma de medir a efetividade desses instrumentos de transparência pública. Assim é possível mapear as falhas, tanto do sistema quanto dos usuários e assim sugerir melhorias. Em Sasso et al.(2017) há uma identificação interessante de assuntos potenciais para pesquisa, lá mostra a mensuração da negativa de acesso à informação separada por assunto, a partir disso é possível escolher novas áreas para pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

_____. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm> Acesso em: 25 de outubro de 2018.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de dezembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm> Acesso em: 10 de setembro de 2018

ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. 1948. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em 1 de novembro de 2018

BARABALHO, Fernando Almeida; MEDEIROS, Janann Joslin. Transparência e Legitimação de Objetos Institucionais em empresas estatais: Um Estudo de Caso Sobre a Petrobrás. Cad.EBAPE.BR, v.12, Edição Especial, artigo 5, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/3232/323231567007/>> Acesso em 27 de outubro de 2018

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública v.24, n.2. 1990. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>> Acesso em 1 de novembro de 2018

CARROL, Archie. The pyramid of corporate social responsibility: toward of moral management of oranzizational stakeholder. Business Horizons, v. 34, n. 4, p 39-48, 1991.

CORBARI, Ely Célia. Accountability e Controle Social: Desafia à Construção da Cidadania. Cadernos da Escola de Negócios, v.1, n.2. 2004. Disponível em <<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosnegocios/index.php/negocios/article/view/14>> Acesso em 1 de novembro de 2018

FONTES-FILHO, Joaquim Rubens, PICOLIN, Lidice Meireles. Governança corporativa em empresas estatais: avanço, propostas e limitações. Rev, Adm. Pública, v. 42, n. 6, p 1163-88. 2008

JARDIM, José Maria. A Implantação da Lei de Acesso à Informação Pública e a Gestão da Informação Arquivística Governamental. LIINC em revista v.9, n.2, 2013. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3495>> Acesso em 27 de outubro de 2018

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Portal Acesso à Informação. Disponível em: < <http://www.acessoainformacao.gov.br> > Acesso em: 01 de setembro de 2018

SARAIVA, Enrique. As empresas estatais como instrumento da política científico-tecnológica. Cad. EBAPE.BR vol.3 no spe Rio de Janeiro. 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512005000500008&script=sci_arttext&tlng=pt > Acesso em 1 de novembro de 2018

SASSO, Maiara; PERES, Luciano Nurnberg; SOUZA, Ludmila de Melo; BRITO, Natália Dinoá Duarte Cardoso; VITTA, Henrique Luis Serigatto. Análise Descritiva dos Pedidos de Acesso à Informação ao Governo Federal por meio do Portal Acesso à Informação. Revista da Controladoria-Geral da União, v. 9, n. 14, p. 601–617, 2017

SILVA, Ana Claudia da; AUAD, Anderson Rocha; SILVA, Jonesbergam Oliveira da; ARRUDA, Raimunda Sá de Oliveira; FERREIRA, Watson dos Santos. Aplicação da accountability na Administração Pública do Brasil. ENCONTRO ACADÊMICO FACPED: Anais da Faculdade Padre Dourado, n.2 v.2, 2016. Disponível em <<http://encontroacademico.facped.com.br/index.php/EAFACPED/article/viewFile/25/20>> Acesso em 27 de outubro de 2018

SOUSA, Gabriel Fragale Machado de. Análise Descritiva dos Pedidos de Acesso à Informação Para Empresa Pública Um estudo de caso sobre os pedidos recebidos pela Caixa Econômica Federal e a efetividade do canal de informação, 2018

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle Social: promovendo a aproximação entre administração pública e a cidadania. Prêmio Serzedello Corrêa 2001: monografias vencedoras: perspectivas para o Controle Social e a Transparência da Administração Pública. TCU pp 74-142.2001<http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2014/06/26/09_05_57_740_Monografias_vencedoras_Control_Social_TCU.pdf#page=75> Acesso em 1 de novembro de 2018